



ALEP-PR

Técnico Legislativo-Administrativo

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e compreensão de texto.....	1
Organização estrutural dos textos. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade	4
Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo	8
Tipos textuais: informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório; características específicas de cada tipo.....	18
Textos literários e não literários	24
Tipologia da frase portuguesa. Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção. Problemas estruturais das frases. Organização sintática das frases: termos e orações. Ordem direta e inversa	24
Norma culta	29
Pontuação e sinais gráficos.....	31
Tipos de discurso	36
Registros de linguagem.....	41
Funções da linguagem	43
Elementos dos atos de comunicação.....	45
Estrutura e formação de palavras	46
Formas de abreviação.....	48
Classes de palavras: os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições	51
Os modalizadores.....	63
Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos. Polissemia e ambiguidade.....	64
Os dicionários: tipos	65
A organização de verbetes	71
Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos.....	87
Latinismos	89
Ortografia.....	91
Acentuação gráfica.....	92
A crase.....	94
Exercícios	95
Gabarito.....	106

SUMÁRIO



RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados.....	1
Conjuntos e suas operações, diagramas.....	10
Números inteiros, racionais e reais e suas operações.....	14
Porcentagem e juros.....	27
Proporcionalidade direta e inversa.....	30
Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo.....	34
Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. formação de conceitos, discriminação de elementos.....	37
Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal.....	56
Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas.....	69
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	76
Problemas de contagem e noções de probabilidade.....	79
Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área; Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância.....	83
Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão.....	96
Problemas de lógica e raciocínio.....	100
Exercícios.....	102
Gabarito.....	111

REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVADO ESTADO DO PARANÁ

Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.....	1
--	---

SUMÁRIO



CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

Princípios Fundamentais: Princípios gerais que regem a Constituição do Estado do Paraná; Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos individuais e coletivos garantidos pela Constituição estadual. Igualdade, liberdades e direitos sociais. Organização do Estado: Estrutura do poder executivo, legislativo e judiciário no âmbito estadual. Competências de cada poder e sua relação. Orçamento e Finanças: Normas sobre o orçamento estadual e sua execução. Fiscalização e controle das contas públicas; Reformas e Emendas Constitucionais: Procedimentos e requisitos necessários para a realização de emendas e alterações na Constituição Estadual. Processo legislativo para reformas constitucionais no Estado do Paraná. Impacto das mudanças constitucionais na estrutura e nos direitos dos cidadãos paranaenses	1
Administração Pública: Princípios e normas que regem a administração pública estadual; Servidores públicos: direitos, deveres e estatuto	42
Municípios e Regiões: Autonomia dos municípios. Organização territorial e regionalização	101
Meio Ambiente e Recursos Naturais: Proteção ambiental e diretrizes para preservação dos recursos naturais no Paraná.....	106
Exercícios	108
Gabarito.....	112

HISTÓRIA DO ESTADO DO PARANÁ

Período Pré-Colonial e Colonial: Povos indígenas: tribos e suas características. Chegada dos colonizadores espanhóis e portugueses à região. Missões jesuíticas e impacto na cultura e na sociedade local	1
Ciclo do Tropeirismo: Estrada do Viamão e o caminho dos tropeiros. Importância econômica e social do tropeirismo para a região	1
Processo de Colonização: Chegada dos imigrantes europeus: alemães, italianos, poloneses etc. Formação de colônias e suas influências na cultura paranaense	2
Proclamação da República e Participação na Revolução Federalista: Contexto político e social durante a proclamação da República. Envolvimento do Paraná na Revolução Federalista (1893-1895)	3
Ciclo da Madeira e Cafeicultura: Expansão da economia com a exploração de madeira e a produção de café. Surgimento das ferrovias e seu papel no desenvolvimento econômico do estado	3
Desenvolvimento Econômico Contemporâneo. Industrialização e Diversificação Setorial. Avanços no Agronegócio. Investimentos em Infraestrutura. Evolução na Tecnologia e Inovação	4
Exercícios	5
Gabarito.....	11

SUMÁRIO



GEOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ

Localização Geográfica e Divisão Administrativa: Posição geográfica, limites, regiões e divisões administrativas. Relevo e Clima: Principais formas de relevo: Serra do Mar, Planalto, Serra Geral etc. Características climáticas das diferentes regiões do estado. Hidrografia: Principais rios: Paraná, Iguaçu, Tibagi, entre outros. Importância dos rios para a economia e a vida da população. Vegetação e Biodiversidade: Tipos de vegetação: Mata Atlântica, Campos, Floresta de Araucárias etc. Diversidade biológica e conservação ambiental. Economia e Recursos Naturais: . Principais atividades econômicas: agricultura, indústria, pecuária.Exploração de recursos naturais	1
Exercícios	8
Gabarito	8

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Redação Oficial: Aspectos gerais, características fundamentais e padrões. Emprego e concordância dos pronomes de tratamento. Ofícios, memorandos, requerimentos, pareceres e outras correspondências	1
Técnica Legislativa: Normas de técnica legislativa	43
Conhecimentos de Administração: Administração pública: conceito e princípios básicos	44
Poderes	59
Serviços Públicos	70
Organização administrativa: Administração direta e indireta. Centralizada e descentralizada. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista	88
Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação	94
Lei de Acesso à Informação	100
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	112
Processo administrativo	136
Funções de administração: planejamento, organização, direção e controle. Processo de planejamento	146
Licitação: Conceito, princípios e modalidades	157
Conhecimento Básico de Informática: Operação de equipamentos de informática (Microcomputadores, Impressoras, etc.)	163
Uso de softwares de edição de texto e planilhas	168
Lei nº 13709/18 (LGPD)	184
Exercícios	184
Gabarito	204

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



PROPOSIÇÃO

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

- PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO: uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.

- PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO: toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

**“Toda proposição tem um, e somente um,
dos valores, que são: V ou F.”**

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

• **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?

- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhosos!

- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca **e** Pedro é professor.



RESOLUÇÃO Nº 11, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

Institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do art. 73 da Constituição Estadual, combinado com o art. 122 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º Institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, constante no anexo único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga:

- I– a Resolução nº 1, de 1º de março de 2005;
- II– a Resolução nº 8, de 9 de maio de 2005;
- III– a Resolução nº 1, de 5 de março de 2007;
- IV– a Resolução nº 3, de 15 de março de 2007;
- V– a Resolução nº 4, de 9 de abril de 2007;
- VI– a Resolução nº 9, de 13 de julho de 2009;
- VII– a Resolução nº 3, de 27 de abril de 2011;
- VIII– a Resolução nº 4, de 27 de abril de 2011;
- IX– a Resolução nº 5, de 27 de abril de 2011;
- X– a Resolução nº 17, de 13 de dezembro de 2011;
- XI– a Resolução nº 6, de 11 de junho de 2012;
- XII– a Resolução nº 3, de 23 de abril de 2013;
- XIII– a Resolução nº 7, de 28 de maio de 2013;
- XIV– a Resolução nº 12, de 11 de setembro de 2013;
- XV– a Resolução nº 1, de 10 de março de 2015;
- XVI– a Resolução nº 4, de 1º de abril de 2015;
- XVII– a Resolução nº 11, de 20 de maio de 2015; e
- XVIII– a Resolução nº 12, de 1º de junho de 2015.

Curitiba, em 23 de agosto de 2016.



Constituição do Estado do Paraná

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo paranaense, reunidos em Assembleias Constituinte para instituir o ordenamento básico do Estado, em consonância com os fundamentos, objetivos e princípios expressos na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição do Estado do Paraná.

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

I - o respeito à unidade da Federação, a esta Constituição, à Constituição Federal e à inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais por ela estabelecidos;

II - a defesa dos direitos humanos;

III - a defesa, a igualdade e o consequente combate a qualquer forma de discriminação; (Redação dada pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000)

IV - a garantia da aplicação da justiça, devendo prover diretamente o custeio da gratuidade processual aos reconhecidamente pobres, nos termos da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000)

V - a busca permanente do desenvolvimento e da justiça social;

VI - a prestação eficiente dos serviços públicos, garantida a modicidade das tarifas;

VII - o respeito incondicional à moralidade e à probidade administrativas;

VIII - a colaboração e a cooperação com os demais entes que integram a Federação;

IX - a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida.

Art. 2º. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, nos termos desta Constituição e da lei, e mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

Art. 3º. É mantida a integridade territorial do Estado, que só poderá ser alterada mediante aprovação de sua população, por meio de plebiscito, e por lei complementar federal.



História do Estado do Paraná

A história do Paraná durante o período pré-colonial é marcada pela presença de diversos povos indígenas que habitavam a região. Estima-se que, antes da chegada dos colonizadores europeus, havia cerca de 50 tribos diferentes no território paranaense.

Alguns dos principais grupos indígenas que habitavam o Paraná eram os guaranis, caingangues, tupis-guaranis, xetás e kaingang. Cada uma dessas tribos possuía suas próprias características culturais, como língua, crenças religiosas, técnicas de agricultura e organização social.

Os guaranis, por exemplo, eram uma das tribos mais numerosas e organizadas da região. Viviam principalmente da agricultura e possuíam uma cultura rica, baseada em mitos e rituais religiosos. Acredita-se que eles tinham uma organização social baseada em uma espécie de “federação”, com diversos grupos menores que se uniam em torno de um cacique.

Com a chegada dos colonizadores espanhóis e portugueses à região, houve um impacto significativo na cultura e na sociedade local. Os espanhóis, liderados por Aleixo Garcia, foram os primeiros a explorar o território paranaense no século XVI, em busca de riquezas minerais. No entanto, a colonização espanhola na região não se estabeleceu de forma duradoura.

Foi com os portugueses que a colonização efetiva do Paraná teve início. Em 1531, Martim Afonso de Sousa fundou a cidade de São Vicente, primeira vila portuguesa no Brasil. A partir daí, iniciou-se a exploração e ocupação do território paranaense.

Os jesuítas tiveram um papel significativo na colonização do Paraná. A partir do século XVII, fundaram várias missões religiosas e aldeamentos indígenas na região. As principais missões jesuíticas no Paraná foram as de São Miguel Arcanjo, em Foz do Iguaçu, e a de Nossa Senhora do Loreto, que deu origem à cidade de Guaraqueçaba.

As missões jesuíticas tinham como objetivo catequizar os indígenas e convertê-los à religião católica. Além disso, os jesuítas ensinavam aos indígenas técnicas agrícolas, construção de casas e diversas outras atividades.

No entanto, as missões jesuíticas também tiveram um impacto negativo na cultura e na sociedade local. Os nativos eram obrigados a abandonar suas tradições e línguas em favor da cultura europeia. Além disso, as constantes disputas territoriais entre espanhóis e portugueses na região também geraram conflitos e deslocamentos forçados dos indígenas.

A chegada dos colonizadores europeus e a influência das missões jesuíticas foram fundamentais para a formação da sociedade paranaense. A cultura indígena, apesar do impacto sofrido, também deixou marcas importantes na identidade do estado até os dias de hoje.

Período pré-colonial e indígena

Antes da chegada dos europeus, o território que hoje conhecemos como Paraná era habitado por diversos grupos indígenas. As tribos Guarani, Kaingang e Xetá são apenas algumas das culturas indígenas que deixaram sua marca na região. Eles desenvolveram complexas sociedades e modos de vida, adaptados ao ambiente natural do Paraná.



Ciclo do Tropeirismo: Estrada do Viamão e o caminho dos tropeiros. Importância econômica e social do tropeirismo para a região

O tropeirismo foi um importante ciclo econômico e social na história do Paraná. A atividade consistia no transporte de mercadorias e animais através de tropas de mulas, do sul do Brasil para as regiões produtoras do Rio Grande do Sul e de São Paulo, principalmente nos séculos XVII e XVIII.



Geografia do Estado do Paraná

Localização Geográfica

O Estado do Paraná está localizado entre 22°30'58" e 26°43'00" de latitude Sul e 48°05'37" e 54°37'08" de longitude Oeste, encontra-se no Planalto Meridional e na Região Sul do Brasil, na transição entre os climas tropical e subtropical.

Cerca de 25% do seu território fica na Zona Equatorial (ao norte do Trópico de Capricórnio) e 75% na Zona Temperada do Sul.

Sua localização demonstra ser uma área de contatos e transição em termos físicos e naturais, com diversas ocorrências de clima, solo e cobertura vegetal, bem como uma variada geologia e formas de relevo.

Limites do Estado

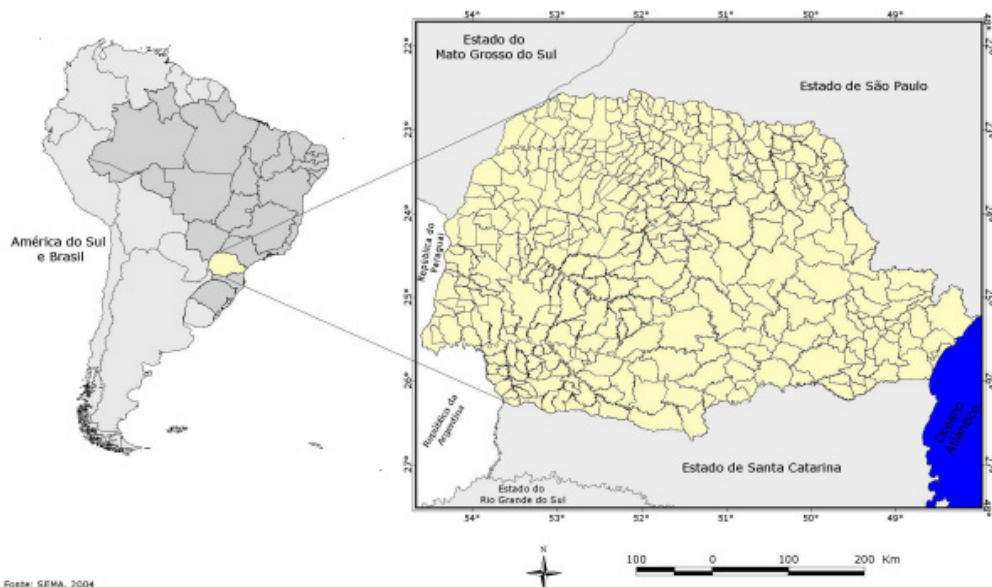
Faz divisa ao norte e nordeste com o Estado de São Paulo (940 km), quase todos demarcados pelo curso dos rios Paranapanema, Ribeira do Iguape e Arapira.

A oeste limita-se com a República do Paraguai (208 km), e o Estado do Mato Grosso do Sul (219 km), fronteira essa banhada pelo Rio Paraná. Ao sul, faz divisa com o Estado de Santa Catarina (754 km), desde a foz do Rio Saí-Guaçu, no litoral, até as nascentes do Rio Jangada, no Morro do Capão Doce, na região sudoeste do Estado.

A sudoeste, com a República da Argentina (239 km), desde as nascentes do Rio Santo Antônio até a foz do Rio Iguazu no Rio Paraná.

A leste, após a formação da Serra do Mar, o limite com o Oceano Atlântico (98 km). A costa real, todavia, supera 150 quilômetros, se computados aqueles de reentrâncias e baías. Entre estas, destaca-se a baía de Paranaguá que avança 40 quilômetros dentro do continente, com área de 667 km². É a segunda maior do Brasil, e forma três baías secundárias: Antonina, Laranjeiras e Pinheiros.

Mapa de Localização do Estado do Paraná



Hidrografia

A água é um bem esgotável, devido principalmente ao seu alto índice de desperdício e poluição, daí a importância da conscientização do uso racional por toda a população.



Conhecimentos Específicos

A terceira edição do Manual de Redação da Presidência da República foi lançado no final de 2018 e apresenta algumas mudanças quanto ao formato anterior. Para contextualizar, o manual foi criado em 1991 e surgiu de uma necessidade de padronizar os protocolos à moderna administração pública. Assim, ele é referência quando se trata de Redação Oficial em todas as esferas administrativas.

O [Decreto de nº 9.758 de 11 de abril de 2019](#) veio alterar regras importantes, quanto aos substantivos de tratamento. Expressões usadas antes (como: Vossa Excelência ou Excelentíssimo, Vossa Senhoria, Vossa Magnificência, doutor, ilustre ou ilustríssimo, digno ou digníssimo e respeitável) foram retiradas e substituídas apenas por: Senhor (a). Excepciona a nova regra quando o agente público entender que não foi atendido pelo decreto e exigir o tratamento diferenciado.

A redação oficial é

A maneira pela qual o Poder Público redige comunicações oficiais e atos normativos e deve caracterizar-se pela: clareza e precisão, objetividade, concisão, coesão e coerência, impessoalidade, formalidade e padronização e uso da norma padrão da língua portuguesa.

SINAIS E ABREVIATURAS EMPREGADOS	
<u>.</u>	Indica forma (em geral sintática) inaceitável ou agramatical
<u>§</u>	Parágrafo
<u>adj. adv.</u>	Adjunto adverbial
<u>arc.</u>	Arcaico
<u>art.;</u> <u>arts.</u>	Artigo; artigos
<u>cf.</u>	Confronte
<u>CN</u>	Congresso Nacional
<u>Cp.</u>	Compare
<u>EM</u>	Exposição de Motivos
<u>f.v.</u>	Forma verbal
<u>fem.</u>	Feminino
<u>ind.</u>	Indicativo
<u>ICP -</u> <u>Brasil</u>	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
<u>masc.</u>	Masculino
<u>obj. dir.</u>	Objeto direto
<u>obj. ind.</u>	Objeto indireto
<u>p.</u>	Página
<u>p. us.</u>	Pouco usado
<u>pess.</u>	Pessoa
<u>pl.</u>	Plural
<u>pref.</u>	Prefixo
<u>pres.</u>	Presente
<u>Res.</u>	Resolução do Congresso Nacional
<u>RICD</u>	Regimento Interno da Câmara dos Deputados